



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Discriminação em função da identidade de género

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, para efeito de admissão, perguntas com pedido de respostas escritas, dirigidas ao Governo Regional, nomeadamente à **Vice-Presidência do Governo Regional e à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.**

Ponta Delgada, 7 de outubro de 2021

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exm.º Sr. Vice-presidente do Governo Regional

Exm.º Sr. Secretário Regional da Juventude,

Qualificação Profissional e Emprego

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento de uma situação de discriminação em função da identidade de género que ocorreu em Ponta Delgada, quando, à entrada de um bar noturno, foi recusado a uma mulher transgénero o procedimento de entrada que o referido bar aplica a todas as outras mulheres que frequentam aquele espaço de diversão noturna, nomeadamente a atribuição de um cartão de entrada feminino.

Mesmo perante a apresentação do cartão de cidadão que indica o género feminino, o bar em questão – “Ibiza Club”, em Ponta Delgada – terá tentado impor as regras de acesso que aplica apenas aos clientes masculinos.

Esta situação viola claramente o Princípio da Igualdade disposto no Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, que determina que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social” e que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão” em razão da sua “orientação sexual”.

A atitude do bar viola também a Lei 38/2018, que “estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa”, e que estabelece que “todas as pessoas são livres e iguais em dignidade e direitos, sendo proibida qualquer discriminação, direta ou indireta, em função do exercício do direito à identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais”.

Considerando que a mesma Lei determina ainda que “as entidades privadas cumprem a presente lei e as entidades públicas garantem o seu cumprimento e promovem, no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa”.

Considerando que é fundamental caminhar no sentido de uma sociedade mais inclusiva, sem preconceitos relacionados à identidade de género e orientação sexual, e é também fundamental a delineação e implementação de estratégias de combate à homofobia, transfobia e bifobia.

Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V.^a Ex.^a resposta às seguintes questões:

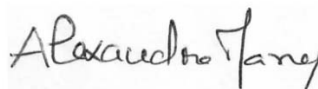
- 1 – Qual a posição do Governo Regional relativamente à situação ocorrida no referido bar?
- 2 – Será realizada alguma inspeção ou algum contacto oficial, por parte dos órgãos dependentes do Governo Regional como, por exemplo, a Inspeção Regional das Atividades Económicas, junto dos proprietários do bar em questão no seguimento desta denúncia? Em caso de resposta afirmativa, qual será a abordagem?
- 3 – Que medidas prevê a Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social implementar para evitar que situações como esta continuem a ocorrer no futuro?

Ponta Delgada, 7 de outubro de 2021

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)